

A diáspora Guaná (Terena) no pós-guerra da tríplice aliança e os reflexos em seus territórios no estado de Mato Grosso do Sul

The Guaná Terena diaspora in the Triple Alliance post-war and the reflexes in their territories in Mato Grosso do Sul State

Lindomar Lili Sebastião¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v0i30.380>

Resumo: O presente trabalho propõe-se a apresentar um estudo realizado entre o povo indígena Terena de tronco linguístico Aruak, subgrupo Guaná². Esse povo habita, em sua grande maioria, o Estado de Mato Grosso do Sul, com aproximadamente vinte e três mil habitantes. Falantes, em sua maioria, da língua de origem, atualmente lutam pela demarcação e homologação de seus territórios tradicionais dos quais foram expulsos e confinados em pequenas reservas criadas pelo governo, em atuação conjunta com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em tempos do pós-guerra da Tríplice Aliança. Para tanto, buscamos na memória de nossos velhos, os anciões, as informações para este estudo, usando a história oral e os trabalhos escritos por pesquisadores nas áreas de antropologia, história e arqueologia, a fim de compreender o processo de expropriação de seus territórios até os dias atuais. Dessa forma, pontuaremos as suas reais consequências, os reflexos nos seus *êthos*, na sua reprodução física e cultural, bem como a violência sofrida atualmente.

Palavras-chave: pós-guerra; território; violência.

Abstract: The present work aims at showing a study undertaken with the indigenous people of Terena, one of the Aruak's linguistic trunk, Guaná subgroup. Such people inhabit, in their vast majority, the state of Mato Grosso do Sul, with approximately twenty- three thousand inhabitants. Most are speakers of their mother tongue and presently

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

² É uma categoria genérica para designar povos indígenas habitantes na região do Chaco, a exemplos os próprios Terena, Kinikinao, Laiana e Exoaladi.

Sobre a autora:

Lindomar Lili Sebastião: Graduada em História pela UCDB. Mestra em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutoranda em Ciências Sociais/Antropologia pela PUC-SP. Índia Terena da terra indígena Taunay/Ipegue no município de Aquidauana, MS. E-mail: lin.terena@hotmail.com

fight for the demarcation and approval of their traditional territories, from which they have been expelled and confined in small reserves created by the government along with the SPI (Indigenous Protection Service) during the period of the post-war of the Triple Alliance. For such effort it is required that we search the memories of our ancients and the elderly for the information to this study, using oral history as well as the works of the researchers in anthropology, history and archeology to better comprehend the expropriation processes of their territories to the present days. Therefore we will point out the real consequences, the effects in their ethos, physical and cultural reproduction as well as the violence currently being perpetrated on them.

Key words: post-war; territory; violence.

1 INTRODUÇÃO

Partimos neste trabalho de um dos momentos mais importantes da historiografia dos Guaná Terena: a Guerra do Paraguai ou a Grande Guerra ou a Guerra da Tríplice Aliança, como é conhecido (Brasil, Uruguai e Argentina contra o Paraguai/1864-1870). A eclosão da Grande Guerra, nesse período, trouxe consequências não só ao Estado Nacional e ao Paraguai, mas também aos povos étnicos desse país, como consta entre os Guaná Terena. Além de esse momento ser considerado marcante aos Terena, ressalvamos a existência de outros momentos também considerados de suma importância na história desse povo, que os levam a reconhecer-se como povo étnico “sujeito de sua própria história”.

Para construirmos este trabalho, fez-se necessário buscar informações nos escritos de pesquisadores clássicos e atuais que discutem a Grande Guerra, suas consequências e a presença do povo Terena na região de conflitos, tais como antropólogos, historiadores, arqueólogos e pesquisadores indígenas. No entanto ao aporte teórico somamos os relatos orais de pessoas anciãs em suas reservas, que nos trouxeram também ricas contribuições para descrevermos, sob a ótica do indígena, as reais consequências do pós-guerra para o *étnos* Terena e seus territórios tradicionais.

No entanto torna-se plausível a abordagem da diáspora e seus reflexos sofridos pelos Terena em suas terras nesse período, apesar de eles estarem ao lado do exército brasileiro, ora fornecendo alimentos, ora servindo de guia e espião, ora combatendo. A intenção de preservarem seus territórios para garantir sua reprodução física e cultural não ocorreu de forma satisfatória, ocasionando a sua expulsão e confinamento em pequenas áreas reservadas pelo governo. Essa situação trouxe-lhes graves consequências, a começar pela dispersão, confinamento, trabalho forçado e submisso nas fazendas que se formavam, tudo isso somado ao convívio com a violência. No entanto cabe a

nós apontar aqui as reais consequências sofridas nos tempos atuais, as quais persistem sob a omissão institucional da devolução de suas terras tradicionais, esbulhadas pelo governo brasileiro mais intensamente no pós-guerra, garantindo, dessa forma, o seu bem-viver.

2 A ECLOSÃO DA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870) SEM MISERICÓRDIA

“Morro com minha pátria” (CAMPOS, 2013, p. 32), assim o ditador paraguaio marechal Francisco Solano López encerrou sua vida em batalha sem qualquer rendição. A eclosão da guerra do Paraguai ou a guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina contra o Paraguai), iniciada em 1864, foi desencadeada pelo aprisionamento, sob as ordens do governo paraguaio, do navio brasileiro Marquês de Olinda que navegava em direção a Mato Grosso, nas águas do rio Paraguai.

Em meados do século XIX, a Bacia Platina estava assolada por conflitos latentes, quais sejam: questões de fronteiras, livre navegação no rio Paraguai, de grande importância ao governo imperial como logística de abastecimento, de comunicação, de segurança, e também o importante comércio com a Província de Mato Grosso.

Há correntes historiográficas com interpretações dos reais motivos dessa guerra, considerada como a mais sangrenta desse período. Entre essas correntes, citamos Hobsbawm (1996, p. 119):

A Guerra da Tríplice Aliança pode ser vista como parte da integração da bacia do Prata na economia mundial da Inglaterra: Argentina, Uruguai e o Brasil, suas faces e economias voltadas para o Atlântico, forçou o Paraguai a perder sua auto-suficiência, conseguida na única área na América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento de brancos de forma eficaz, graças talvez à original dominação jesuíta.

Segundo o historiador Cotrim (2005), desde 1811, marco da independência do Paraguai enquanto Estado Nação, os governos desse país trabalhavam de forma diferente em comparação aos outros países da América Latina. Tomamos como exemplo o primeiro presidente paraguaio, José Gaspar Rodrigues de Francia, que criou um modelo de política socioeconômica voltada para as reais necessidades e interesses da população paraguaia, ações essas voltadas para o bem-estar da população, tais como: distribuição de terras aos camponeses, construção de escolas para favorecimento da população e criação de uma política de combate aos proprietários de terras improdutivas. O acesso à educação determinou o fim do analfabetismo no país. Após o governo de

Francia, outros governos também se empenharam na política para romper o isolamento comercial e inserir o País no mercado externo, essa foi uma estratégia para o crescimento econômico.

Acredita-se que outro fator decisivo para essa guerra estava também ligado ao desenvolvimento econômico do país, pois o Paraguai prosperava não somente na educação e na melhoria da condição de vida da população, mas também prosperava em sua economia, contrariando os interesses capitalistas ingleses. A Inglaterra, por sua vez, almejava a permanência do Paraguai como fornecedor de matérias-primas e consumidor de seus produtos industrializados. Essa preferência inglesa capitalista se estendia para os países latino-americanos.

O fato de o Paraguai não se enquadrar nesse esquema de interesses ingleses a própria Inglaterra tratou de combater, favorecendo apoio aos países aliados: Brasil, Uruguai e Argentina, eclodindo, assim, o conflito armado mais prolongado e sangrento da história do Paraguai. Devastado o país de Solano López, e prostrado pela fome, mortes, epidemias, do lado brasileiro há estimativas de aproximadamente 100 mil combatentes mortos, e, do lado oposto, segundo Fausto (2001), metade da população paraguaia foi sacrificada, incluindo as crianças em combate³, sendo que, em 1864, a população era estimada em 406 mil habitantes, e, em 1872, em 231 mil.

As mortes ultrapassavam os campos de batalha chegando até os hospitais onde eram tratados os soldados feridos. Como vingança pela morte do general João Manoel Mena Barreto, o conde d'Eu ordenou a queima do hospital da cidade com os feridos dentro e, além do hospital, o campo de batalha também foi alvo de incêndio com os soldados feridos, restando aos demais oficiais inimigos a pena de morte que culminou em degolamento. Esse cenário tenebroso é descrito por Herib Caballero Campos (2013, p. 31):

A perseguição e as degolas não pararam ali, estendendo-se para mais três dias. Todos os prisioneiros capturados eram executados sumariamente. Entre eles, o comandante Julián Escobar e o major Cárdena, junto com outros 16 oficiais foram degolados por ordem do general brasileiro Victorino. “O quadro foi pavoroso e capaz de fazer tremer de horror o soldado mais frio e indiferente”.

A população paraguaia, no quinto ano de guerra, diminuiu gradativamente, muitos em consequência de epidemia, inanição, fome, pois a estrutura

³ Não havendo mais homens para o recrutamento nos últimos anos da guerra, Solano López obrigou crianças de 12 a 14 anos e velhos de até 60 anos partirem para a batalha. Estrategicamente, as crianças eram obrigadas a utilizar barbas postiças para camuflar sua idade e intimidar o exercito inimigo. O resultado da batalha, as vidas das crianças foram ceifadas sem dó e nem piedade pelo exercito inimigo.

produtiva do país foi saqueada ficando inutilizada. No exército paraguaio, a situação era agonizante, já que havia escassez de alimentos, e aqueles que questionavam a possibilidade de vitória eram repreendidos brutalmente.

Findada a guerra, ambos os lados sofreram as consequências, a começar pela economia brasileira abalada em razão dos prejuízos contraídos durante o tempo do conflito. Com isso, o Brasil contraía cada vez mais empréstimos provenientes de bancos ingleses, aumentando, dessa forma, a sua dívida externa.

O desdobramento desse conflito não se limitou à grande nódoa financeira do Brasil, mas se estendeu a outros setores. Estimulou a indústria brasileira, modernizou a infraestrutura do país, aguçou tensões sociais estimulando a reforma social. Em meados de 1867, D. Pedro II declarou medidas para a emancipação de escravos⁴ brasileiros, e também estendeu para o estímulo e discussão da reforma política brasileira.

Nesse sentido, afirma Cotrim (2005, p. 398): “Finalmente, a guerra produziu, pela primeira vez no Brasil, um exército moderno e profissional, interessado em desempenhar um papel político”.

Porém as marcas da guerra não calaram a voz do deputado e romancista José de Alencar, em questionamento ao governo de D. Pedro II, nas tribunas da Câmara, como bem descreve Ana Beatriz Ramos de Souza (2013, p. 33):

Já atendeu a todos os encargos provenientes da guerra? [...] Já enxugou todas as lágrimas das viúvas desvalidas? [...] Já honrou principalmente a educação dos órfãos dos voluntários falecidos em campanha, dessas crianças que hoje são filhos da pátria?

É sabido que muitas das promessas feitas pelo governo não foram cumpridas com todos, por exemplo, o pagamento em dinheiro e em doações de terras para os voluntários, pensões às viúvas e aos órfãos. Entre os que receberam do governo estavam os feridos em combate que ficaram inválidos e aqueles que retornaram com vida antes de terminar o conflito.

Ao final da guerra, o Paraguai foi destruído, segundo Francisco Doratioto (2013). Apesar de o país, naquela época, não ser industrializado e moderno, tratava-se de um país agrário com técnicas de cultivo atrasadas. Para o autor, dizer que o país estava num grau de industrialização não passava de um mito construído.

É sabido que, durante a guerra do Paraguai, houve uma expressiva participação indígena, ora na frente de batalha, ora assegurando as fronteiras do

⁴ A maior parte das tropas brasileiras era composta de escravos negros e outra, homens livres e pobres.

Brasil, ora fornecendo alimentos às tropas brasileiras, ora servindo de espiã e guia. Mas raramente encontramos nos escritos dos pesquisadores sobre o tema a presença dessa população nativa da região.

3 O TERENA PRESENTE NA GRANDE GUERRA

O Terena, segundo Rodrigues (1994), é um povo oriundo do tronco linguístico Aruak. As línguas desse tronco linguístico são faladas em algumas regiões da América do Sul: Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e também em algumas ilhas antilhanas, como a ilha de Trinidad. O Terena faz parte do subgrupo Guaná, que dá origem a outros grupos étnicos, tais como os Kinikinao, Laiana e o Exoaladi, por isso optamos por mencionar o Terena, neste trabalho, usando o termo Guaná Terena.

Ferreira (2002) pontua que o termo Guaná refere-se a uma terminologia genérica, atribuída a um conjunto de povos autóctones, habitantes do Chaco paraguaio, entre eles o Terena se faz presente. Para Eremites de Oliveira e Pereira (2003, p. 242), o termo não apenas Guaná, mas também Chané ou Chané-Guaná operam para designar todos os povos habitantes da região chaquenha e pantaneira, e assim o descreve:

Guaná-Txané, também citado como Guaná, Chané ou Chané-Guaná, é uma categoria genérica, utilizada por cronistas e viajantes antigos, para designar vários grupos étnicos que habitavam a região do Chaco e do Pantanal, pertencente ao tronco linguístico Aruak, hoje englobado pela designação de Terena.

Os Guaná Terena ou Chané-Guaná Terena, em sua historiografia, se reconhecem e dão muita importância aos momentos marcantes de sua história, toma-os como marco referencial de um passado que culmina no presente vivido. Dentre os quatro⁵ momentos, destaca-se, na contemporaneidade, o quarto momento desse marco referencial: o *Tempo Despertar*, caracterizado por Miranda (2006) como o momento em que os Terena, após período de servidão nas terras e na economia dos *purútuyé*⁶, sofrem profundas mudanças. Esse novo momento é marcado por sua participação nas funções públicas, assumindo cargos que anteriormente eram ocupados apenas pelos *purútuyé*,

⁵ O primeiro período que no decorrer do século XVIII, os Terena migram do Chaco para o Pantanal, conhecido como Kúxoti káxe (tempos antigos); O segundo período ocorre com a eclosão da guerra do Paraguai e finda nos pós-guerra conhecido como tempos de Kaúti (tempos de servidão); o terceiro momento trata-se da chegada do General Candido Mariano Rondon, com a delimitação das reservas indígenas e, por fim, um quarto e novo momento, mencionado por Claudionor do Carmo Miranda (Terena) por O tempo despertar.

⁶ Termo usado para designar o não indígena.

o que é comum hoje em dia, ou seja, cargos públicos e políticos municipais e estaduais ocupados por indígenas.

Ressaltamos o período anterior à Guerra do Paraguai, em que o povo Terena vivia uma vida mais harmoniosa, mantendo costumes e tradições e, possivelmente, tendo uma relação mais amigável e de solidariedade com os *purútuye* da região. Esse modo de viver, o antropólogo Gilberto Azanha (2004, p. 72), em seu artigo “As terras indígenas Terena do Mato Grosso do Sul”, destaca como sendo um “modos vivendi específico [...] com auto-suficiência econômica e política.”

Interessa-nos aqui ressaltar a presença e a participação direta dos nativos no combate. Muito pouco se fala da população indígena que habitava a região: sua invisibilidade foi tão grande nesse período que sua presença não foi registrada na história do Brasil. Alguns pesquisadores atuais das populações indígenas, em especial os pesquisadores dos Guaná Terena, e atualmente os próprios pesquisadores Guaná Terena, buscam reverter o quadro de invisibilidade participativa desses índios que tanto contribuíram com esse cenário e com esse país.

A sua presença em solo no sul do Mato Grosso dá-se na segunda metade do século XVIII, quando se transferem para o lado oriental do rio Paraguai, em terras pantaneiras, instalando-se em terras banhadas pelos rios Miranda e Paraguai, segundo descreve Oliveira (1976). Cabe aqui uma importante ressalva: até então, as terras habitadas pelos Guaná eram colônias espanholas, tornando-se Paraguai a partir de 1811, ano de sua independência como Estado Nação.

Na eclosão⁷ da guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), o exército brasileiro foi obrigado a recrutar reforços para a batalha utilizando a população indígena da região, pois as suas fronteiras necessitavam de defesa contra os invasores e a segurança tornou-se prioridade. Segundo Taunay (1923) descreve, as sociedades indígenas eram como a muralha dos sertões. Manifesta-se, dessa forma, a incorporação de alguns povos nativos à Guarda Nacional, entre eles os Terena e os Kiquinau, que prestariam melhores serviços, a exemplo do capitão Terena José Pedro.

Além desses povos citados por Taunay (1923), há também relatos que descrevem a presença dos Mbayá-Guaikuru no conflito armado. O grupo étnico hoje representado pelos Mbayá-Guaikuru é o povo Kadiwéu: os Mbayá foram conhecidos como “índios cavaleiros”. Esse reconhecimento se deu

⁷ A eclosão da guerra para, Rodrigo Elias (2013), foi percebida como um ato de reparação da honra nacional devido o Brasil ser atacado pelo exército paraguaio.

através da domesticação e incorporação dos cavalos introduzidos na região por colonos paraguaios.

O mesmo autor nos apresenta uma estatística de combatentes dos três povos por ele reconhecidos: 216 Terena, 39 Kiquinau e 20 Laiana. Ainda de acordo com esse autor, esses povos se prontificaram a servir ao exército de combate. A adesão à guerra foi, a priori, em defesa de suas terras e, lutando ao lado do exército brasileiro, estariam garantindo a posse de seus territórios há tempos formados.

Para Eremites de Oliveira (2011, p. 176), a Grande Guerra ou a Guerra da La Triple Alianza, como conhecida entre os paraguaios, foi um evento significativo e um divisor de águas para as populações indígenas da região. Os índios nesse episódio foram os protagonistas em defesa dos seus territórios étnicos e também do território nacional:

No entanto, na segunda metade desse século houve um evento histórico significativo que se configurou como um divisor de águas em sua história: a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), conhecida na historiografia brasileira como *Guerra do Paraguai*, e na paraguaia como *Guerra del 70*, *Guerra de La Triple Alianza* e *Grande Guerra*. Durante os três primeiros anos do conflito bélico platino, os índios protagonizaram várias ações em defesa de seus territórios étnicos e do território nacional contra os invasores paraguaios.

O pesquisador da Revista de História da Biblioteca Nacional, Rodrigo Elias (2013), afirma que as nações que emergiram no século XIX sofreram as dores do parto, tendo como evento traumático a Guerra do Paraguai, que derramou indistintamente sangue de negro e de branco. Nessa observação, podemos perceber a invisibilidade do sangue dos diversos grupos étnicos oriundos da região, pois nunca são mencionados. O *purútuye* (branco) torna-se visível pela sua cidadania brasileira e pelo cumprimento do dever à pátria, e o *hahá`oti* (negro) torna-se visível a partir de sua participação como escravo ou escravo livre no país, ou então sob a promessa de sua alforria.

Há uma discordância entre os autores que discutem a participação de indígenas nesse conflito. Para Vasconcelos (1999), a adesão dos índios à Guarda Nacional, especialmente dos Guaná (Terena), se deu em troca de presentes e concessão de terras. Para Leotti (2001), a adesão se deu por imposição, e não de forma negociada. E nos relatos orais de nossos velhos, a ida de nossos índios ao campo de batalha foi de forma negociada, com o objetivo de assegurar as terras habitadas por eles.

Bittencourt e Ladeira (2000) também nos trazem informações a respeito desse episódio. Segundo as autoras, há relatos orais e escritos, como os valiosos conjuntos escritos por Alfredo Taunay. As descrições da guerra, bem como

da participação Guaná, são feitas pelo cronista durante sua viagem e também em sua estadia, incluindo a aldeia Naxedaxe.

De início, Taunay foi recebido por esse povo com muita desconfiança. Fortemente armados, os índios pensaram ser soldados paraguaios, mas, ao reconhecerem os soldados brasileiros, trataram-nos com muita generosidade, dando-lhes abrigo e alimentos para saciarem a fome. O relato menciona a data de 1866, quando Taunay e seus soldados, junto com alguns oficiais, fugiam dos paraguaios, adentrando nos territórios Terena.

Alfredo Taunay, ao descrever o episódio da Retirada da Laguna⁸, observou que, no decorrer da guerra, muitos Terena não só sofreram com as armas de fogo, mas também de doenças que ceifaram muitas almas, a começar pela epidemia de cólera. Assim o autor relata (TAUNAY, 1952, p. 106):

Neste dia fez o cólera nove vítimas. Assinalaram-se vinte casos novos: chefe dos Terenas, Francisco das Chagas, chegou moribundo numa rede que sua gente carregava. Estavam estes índios no auge do terror; mas não podiam mais abandonar a coluna, ocupado como se achava todo o campo por um inimigo (os paraguaios), que, quando os apanhava, jamais deixava de os fazer padecer nos mais horríveis suplícios.

De acordo com registros sobre a guerra, há um personagem que se encontra registrado na memória dos Guaná (Terena): um moço muito jovem, por nome Pakalalá⁹, que se tornara um líder nesse período. Sua trajetória já denunciava sua esperteza e sabedoria. Liderava seu povo de forma a conscientizá-lo da não submissão aos maus tratos dos brancos da região que menosprezavam os indígenas. Assim argumentava:

Cuidado com os purutuyé. Não somos seus escravos. Eles são nossos iguais e não nossos senhores. Nesta terra não deve haver duas espécies de gente: uma que manda e outra que trabalhe. Todos devem trabalhar e receber a paga justa de seu trabalho.

Pakalalá, quando se tornou capitão em sua aldeia, ordenou que todos esvasiassem o lugar e buscassem refúgio nas serras de Maracaju, onde estariam mais seguros contra os ataques de seus inimigos. Ordenou que as mulheres, os velhos e as crianças levassem o que era possível de seus pertences para as matas da serra. Enquanto isso, o novo líder, com um pouco mais de vinte anos de idade, índio de raça pura, olhos pequenos e vivíssimos, como detalha Taunay (1952), lidera uns trinta homens em busca de armamentos na vila de Miranda.

⁸ A Retirada da Laguna refere-se a uma expedição militar brasileira, estando em operação no sul de Mato Grosso, atravessou o Rio Apa até chegarem em Laguna, no Paraguai.

⁹ Pakalalá foi um grande líder pertencente ao povo Guaná Kinikinao e de importante contribuição no período da guerra do Paraguai.

Das serras de Maracaju, Pakalalá descia em busca de gado para abate para assim abastecer a comunidade refugiada. Em um desses momentos, ele foi surpreendido pela patrulha paraguaia. O líder tratou de armar uma emboscada matando o comandante e, como troféu, levou seu cavalo. Sua trajetória de líder se encerrou ainda no período da guerra, em 1866, às margens do rio Aquidauana. Ele foi alvo de um tiro paraguaio que lhe tirou a vida. Na memória dos Guaná Terena, fica a imagem de um herói que lutou pela vida e sobrevivência de seu povo, pois, em vários momentos, enfrentou patrulhas paraguaias, fazendo-as retrocederem. Os índios lutaram com as armas que conseguiram no arsenal da vila Miranda, já abandonada pela população amedrontada pela guerra.

Com base em fontes orais, Bittencourt e Ladeira (2000, p. 63-64), em sua pesquisa, relatam-nos a situação das aldeias na região de conflitos:

Antes da Guerra do Paraguai já habitavam na região de Miranda e mantinham relações com o povoado de Miranda. Quando a cidade de Miranda foi invadida, as aldeias que estavam situadas nessa região também foram atacadas. Os Terena se organizaram para fazer frente, utilizando as táticas próprias dos índios, como por exemplo, ataque noturno. Os Terena investigavam onde ficava o acampamento dos paraguaios e cercavam no momento em que os inimigos não percebiam, geralmente à noite. Já os paraguaios atacavam só de dia. Foram feitos vários enfrentamentos onde morriam índios Terena e também paraguaios...

Já na região de Aquidauana, nas aldeias Bananal e Ipegue, houve confronto entre os índios e a tropa paraguaia, que cruzava a aldeia rumo à serra de Maracaju, onde idealizava conquistar a área. Nesse confronto, muitos Terena morreram resistindo em seus territórios, assim também como os soldados inimigos.

Os Guaná encaram a sua presença na Guerra do Paraguai como ato heroico, parte da história brasileira, sujeitos de sua história enquanto população étnica e de grandes contribuições para a nação brasileira, mas nem sempre a participação dos povos indígenas é lembrada ou exaltada como parte contribuinte aos interesses do governo brasileiro. Mas nem por isso deixaram esmaecer em suas memórias esse momento histórico, como bem coloca Eremites de Oliveira e Pereira (2003, p. 5-6):

Tiveram os Terena, por conseguinte, um papel de extrema valia, realizando incursões de pesca, caça, aprisionamento de bovinos e coleta de frutos da terra, sendo em grande parte ainda responsáveis pelo abastecimento de mantimentos de tropas brasileiras, tanto nos acampamentos militares quanto nas aldeias, que serviam ainda de refúgios para os não índios, ou seja, os Terena deram apoio às tropas imperiais em momentos de dificuldade, como a fome enfrentada pelos soldados.

Muitos relatos vindos da memória de nossos velhos são tomados como fontes da história de nosso passado: a história oral, por sua vez, possibilitou-nos conhecer a verdadeira história contada pelos próprios Guaná. Toda essa trajetória de confrontos, de resistência, de mortes e de fugas quando preciso é tida como parte de nossa existência, como *sujeitos de nossa própria história*.

4 OS REFLEXOS DO PÓS-GUERRA E A SITUAÇÃO ATUAL DOS GUANÁ TERENA EM MATO GROSSO DO SUL

A *diáspora* Guaná Terena ocorreu em maior número, no período do pós-guerra, após ter sacrificado várias vidas e derramado sangue em batalha a favor do governo brasileiro. Suas terras, antes habitadas, foram desapropriadas, eles foram recolocados em reservas minúsculas e impróprias para sua reprodução física e cultural.

Optamos por denominar *diáspora* a dispersão desse povo em consequência da guerra, causando-lhes vários danos, a começar pela limitação da sobrevivência nas terras confinadas e cercadas pelas fazendas que se disseminavam em seus territórios, terras por eles habitadas no período anterior à eclosão da Grande Guerra.

Em meados de 1850, foi criada pelo governo brasileiro a Lei de Terras que foi ganhando forças no decorrer do tempo, já que, até essa data, as terras eram doadas somente às pessoas de sua confiança. Depois de decretada a Lei de Terras, os cidadãos purútuye poderiam comercializá-las sem a aprovação do governo, o que lhes proporcionou um ótimo investimento e lucros.

Essa lei tinha por objetivo o povoamento da região, forçando assim a colonização de mais terras que o governo poderia vender, leiloando as consideradas *devolutas*. As terras *devolutas* eram as terras consideradas sem dono, sem registro de propriedade. Um mês após a aprovação dessa lei, o Ministério do Império ordenou a incorporação das terras de índios que já não viviam em aldeamento como terras devolutas. Bittencourt e Ladeira (2000, p. 75) afirmam:

Muitas terras de posse dos índios foram assim tomadas e vendidas em leilão; justamente daqueles índios que não eram mais “selvagens” e viviam pacificamente com os chamados “civilizados”. Esta era uma nova situação da história da propriedade da terra no Brasil e afetou muito a vida dos grupos indígenas. Pela primeira vez o governo do Império estabelecia em lei a diferença entre “índio bravo - índio manso”. O “índio bravo” era selvagem porque defendia através das armas a sua terra, e nesse caso o governo reconhecia sua posse. Agora, o “índio manso” não brigava mais, então podia ser expropriado de sua terra. E esta era a condição do povo Terena.

Puntoni (2003) afirma que o esbulho das terras indígenas está fortemente ligado à Lei 6001, a Lei de Terras, tida como forma tendenciosa que acabou por legitimar a colonização dos territórios dos índios. Todo esse processo contribuiu para a expropriação territorial dos Guaná Terena, dispersando-os na região em busca de sua sobrevivência.

A Guerra do Paraguai marcou profundamente a nossa história, várias aldeias da região de Miranda e Aquidauana desapareceram, uma vez que a região foi palco do conflito. Findada a Grande Guerra em 1870, os Guaná Terena retornam para suas terras com o intuito de se reestabelecerem em suas antigas aldeias devastadas.

O desejo do retorno às suas aldeias para se fixarem novamente na área foi em vão, pois se depararam com vários remanescentes da guerra, em geral oficiais do Exército Brasileiro, que optaram por reconstruir sua vida na região não retornando mais para suas regiões de origem, outros eram comerciantes que lucraram com a guerra. “Os Terena haviam lutado na Guerra para garantirem os territórios que ocupavam, mas este direito não foi garantido pelo governo brasileiro e a vida do povo Terena seria, a partir daí, bem diferente” (BETTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 76).

Nesse mesmo sentido, Martins (2002, p. 64) afirma que o loteamento do território indígena foi em grande parte entre os remanescentes da guerra. Com a divisão do território, o impacto foi a limitação das terras, encurralando, dessa forma, os Terena em pequenos espaços:

Com o final da Guerra do Paraguai, o território étnico Terena foi substancialmente loteado entre os combatentes remanescentes da guerra, que permaneceram na região. A situação fundiária dos índios agravou-se quando, nas últimas décadas do século XIX, a expansão do modelo pecuário pantaneiro fez encolher o espaço necessário para a reprodução do modo de ser Terena tradicional. Encurralados em áreas exíguas, centenas de índios foram recrutados para servirem como mão-de-obra muito barata nas fazendas recém-implantadas ou reconstruídas.

A política do governo no pós-guerra foi a de povoar a região sul do Mato Grosso, para poder administrá-la melhor e facilitar a proteção da fronteira. Na região, foram disseminando as fazendas, e os Guaná cercados por elas, ou melhor, encurralados pelas cercas que se levantavam em seu entorno. A rotina dos índios teve outro rumo na história: foram obrigados a trabalhar nas fazendas, e os novos proprietários das terras foram se apossando cada vez mais de espaços. Sob a forma de trabalho nas fazendas, o tratamento que recebiam os Guaná Terena era desumano, tal como nos relata o ancião Silvério Francisco:

Antigamente nossos patrícios trabalhava nas fazendas porque tinha que comer, não tinha outro jeito não, tinha que trabalhar. Eram tratados como os bois da fazenda. Tinha um sino pra tocar, o fazendeiro tocava para chamar os índios para comer. Cada um levava uma cabaça, era o seu prato. A comida estava no coxo, no chão, era sopa de órgãos: coração, bucho, rins... do boi misturado com mandioca e abóbora. Essa era a comida do empregado.

Isso é reafirmado pelo relato do Terena Genésio Farias:

Naquela época os Terena se encontravam fora de sua aldeia, trabalhando nas fazendas em condições de quase escravidão. Trabalhavam quase sem remuneração e muitas vezes os fazendeiros simulavam o acerto de contas e diziam, aproveitando-se dos índios: você ainda está devendo, portanto tem que trabalhar mais um ano. E a cada acerto de contas eles repetiam o mesmo. (BETTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 77).

A exploração em que viviam os trabalhadores nas fazendas que se formavam era constante na rotina dos Guaná Terena, nas fazendas havia uma casa de comércio com as mercadorias básicas. Essas mercadorias eram vendidas aos empregados por um preço excessivo e, chegando ao final do mês, o salário recebido não cobria as dívidas. Dessa forma, eram obrigados a continuar trabalhando nas fazendas para quitar essas dívidas contraídas de acordo com as suas necessidades.

Além da exploração, ambos viviam constantemente em conflito porque os fazendeiros acusavam os índios de roubo. Muitas famílias resolveram abandonar a região buscando outros espaços para sobreviver e, dessa forma, a dispersão da população continuava.

Conforme o costume indígena, a busca por alimentos sempre foi em grupo, mas percorrer as matas em busca de caça, de pesca, de mel e de frutos silvestres ficou praticamente impossível, uma vez que, com a implantação do SPI nas reservas, seus agentes se tornaram os grandes aliados dos fazendeiros, impedindo a aproximação dos índios em seus territórios, como mostra Azanha (2005, p. 22): “Os agentes do SPI, em consonância com os fazendeiros dos arredores das aldeias, proibiam a entrada de indígenas em suas áreas, sob ameaças”.

Os estudos antropológicos nas terras indígenas de Taunay/Ipegue nos trazem informações das perseguições dos fazendeiros aos indígenas. Ainda na década de 60, os Terena continuavam a ser perseguidos e reprimidos pelos fazendeiros e pelos encarregados¹⁰ do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), nessas expedições.

¹⁰ Chefe de posto do SPI responsável pelos Terena na aldeia.

Moura (2010) também nos traz subsídios retratando o confinamento dos Terena, no relatório antropológico de inspeção judicial/2010, realizado nas localidades onde se encontram diversas fazendas. Para a pesquisadora, as cercas constituem interferências físicas, respaldadas pelo direito legal à propriedade privada que protege os fazendeiros: do lado de cá, os Terena; do lado de lá, os latifúndios.

Os limites territoriais foram construídos pelos próprios Terena durante o trabalho nas fazendas, para, posteriormente, impedi-los de transitar no entorno de sua terra. Esse trabalho braçal ocorre desde o pós-guerra, quando os indígenas se submeteram a ele como alternativa.

Esse marco temporal é conhecido na historiografia Terena como o Tempo de Kaúti¹¹, quando os conflitos entre os Terena e os fazendeiros se intensificaram. A maioria dos indígenas se submeteram ao trabalho escravo nas fazendas porque não tinham outra forma de sobrevivência. Assim relata o pesquisador Terena Oliveira (2013, p. 69):

O meu tio me contava que na fazenda os Terena viviam devendo para o fazendeiro e não conseguiam pagar, não recebiam nada, quando iam fazer o acerto, ainda estavam devendo, se questionassem o patrício era chicoteado! E se tentassem fugir, os capatazes iam atrás, traziam às vezes amarrados igual animal, e eram chicoteados na frente dos patrícios para servir de exemplo, e outras vezes eram mortos.

As cercas erguidas não separam apenas os Terena fisicamente dos fazendeiros, mas separam-nos também de seus ancestrais, de seus mortos, dos guardiões que viviam nas matas e de tudo o que a natureza lhes proporciona, como as frutas silvestres, a caça, a pesca. Suas matas foram destruídas, extinguiu suas ervas, e isso inviabilizou as relações que mantinham com o território, que, para eles, é o território *sagrado*; a terra-mãe.

A usurpação das terras tradicionais é considerada um ato de interesse político: expropriar as terras para então dividi-las. Essa perda territorial vem acarretando, ao longo dos anos, diversas implicações. Observando os tempos atuais, a busca pela sobrevivência, ocasionada no pós-guerra, nunca foi solucionada pelo governo, por isso os seus reflexos continuam presentes nas problemáticas vivenciadas por esse *étnos*. No pós-guerra, a solução para a sobrevivência era o trabalho forçado e mal remunerado; hoje a solução é a busca de trabalho remunerado e, para isso, há uma grande migração de famílias para centros urbanos.

¹¹ O Tempo Kaúti: é o segundo momento da história Terena na qual eles se submeteram ao trabalho escravo nas fazendas.

A migração é consequência da sua impossibilidade de usufruir da terra e de sobreviver nela. Devido ao confinamento e ao aumento da população, o espaço torna-se cada vez mais insuficiente para abrigar o povo Terena nas reservas de forma satisfatória.

5 A CONSTITUIÇÃO DAS RESERVAS

A análise dos trabalhos escritos por pesquisadores, historiadores e antropólogos sobre os Guaná Terena trouxe-nos relatos da delimitação de novas áreas para ocupação indígena do Estado de Mato Grosso do Sul, parte sul do antigo Mato Grosso.

Em meados de 1904, aproveitando a chegada da comissão Rondon na construção das linhas telegráficas na região, os Guaná Terena que se encontravam no local aproveitaram a presença do marechal Cândido Mariano Rondon para interferir na causa. A diplomacia entre os Guaná e o governo era a empreitada do momento para solucionar a questão territorial emergente na região.

Sabemos que os Guaná Terena nunca se renderam totalmente aos trabalhos nas fazendas, e isso acarretou muitos conflitos com os fazendeiros. Algumas famílias conseguiram se manter mesmo dispersas nos arredores das fazendas. Apesar de estarem fora de seus territórios de pertença, sonhavam com o retorno para suas terras tradicionais.

Foi por meio de acordos realizados com os fazendeiros que o marechal Cândido Rondon, naquele momento como intermediário entre os Guaná e o governo, conseguiu, através de um decreto, reaver pedaços de suas terras, expropriadas pelos fazendeiros de forma ilegal. Dessa forma, as várias reservas de terra, em 1905, por exemplo, Cachoeirinha, Ipegue, Bananal, entre outras, voltaram para os Guaná, tornando legítimo o reconhecimento do governo, em 1911.

O tamanho das áreas demarcadas nesse período era extremamente menor do que as que ocupavam os Guaná antes da Grande Guerra. Ao demarcar esses territórios, o governo não levou em conta as formas de organização dos índios em territórios, tais como: os espaços de moradia, de plantação, de cerimônias e demais atividades culturais do povo.

Os pesquisadores Eremites de Oliveira e Pereira (2003, p.306) apresentam da seguinte forma o sistema de demarcação utilizado pelo governo para reservar territórios aos Guaná Terena:

No transcorrer de 1905, sob o patrocínio de Rondon, foi realizada a primeira demarcação de terras indígenas dos Terena nas localidades de

Cachoeirinha e Ipegue, Sul do estado de Mato Grosso, caracterizando-se um processo de (re)territorialização desses índios. Entretanto, essas demarcações não se basearam em procedimentos de identificação de terras de ocupação tradicional; demarcava-se a extensão julgada possível ou necessária naquele momento histórico.

A ideia de reservar áreas aldeando os indígenas não foi nada mais do que uma forma para a expansão agropecuária na região ligada aos interesses do governo. Os interesses naquele momento estavam voltados à expansão capitalista na região, e, delimitando áreas para a população indígena, abririam novos espaços para apropriação e produção agropastoril, o que interessava ao governo e aos fazendeiros que se multiplicavam.

Essas reservas continuam sendo as mesmas desse período, ainda no século XX, cabendo aos Guaná, por meio de suas lideranças tradicionais e movimento indígena, a exigência de revisão das demarcações, para sua ampliação até os territórios tradicionais ocupados anteriormente. Coube ao governo refazer o levantamento com a equipe de especialistas, para a revisão dos verdadeiros limites territoriais desse grupo, mas que nunca se validou.

Há atualmente um contingente de Guaná Terena em diversas regiões urbanas do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Muitas famílias têm migrado para os municípios de Terenos, Sidrolândia, Dourados, Campo Grande (capital do Estado) e, atualmente, para São Gabriel D'Oeste. Essa migração é resultado da busca pela sobrevivência e manutenção das famílias extensas.

O deslocamento familiar acarreta outros problemas dentro de um contexto urbano longe de seus costumes e formas de viver, como a desestruturação familiar (em alguns casos), o choque cultural, a dificuldade em adaptar-se ao estranho, aos novos hábitos e modos necessários para viver em cidade. O envolvimento com o álcool, com as drogas, o convívio intenso com o racismo, a prostituição são alguns dos problemas vividos pelos indígenas. Nesse contexto as mulheres, principalmente, ficam expostas a toda discriminação étnica, até mesmo nos espaços públicos, como nas maternidades dos hospitais, quando ouvem: “Índio só quer parir”.

A perda ou o desuso da língua de origem já é um fato que vem se multiplicando cada vez mais, no momento em que o convívio social dessa população indígena urbana os obriga ao uso da segunda língua em seu cotidiano, ora nos espaços públicos, ora nos espaços do trabalho, e também no núcleo familiar a rotina vai se moldando aos hábitos dos purútuye.

Toda essa conjuntura formada no pós-guerra, somada às outras consequências, são, de certa forma, os reflexos presentes na história atual dos Guaná Terena, na região do Estado de Mato Grosso do Sul. A questão terri-

torial, como pudemos ver, não é um caso recente, e sim, histórico, pois, além de envolver seus habitantes desde o período que marcou a história do país, continua presente até este momento. Todos os territórios transformados em pequenas reservas são, na verdade, uma parte minúscula na região. A demografia populacional Guaná diminuiu no período da Grande Guerra, como salientamos anteriormente, ora no campo de batalha, ora por causa das epidemias. Mas, no decorrer dos anos e na virada do século XIX para o século XX e, posteriormente, para o XXI, a população só tem aumentado num espaço que a obriga a se excluir e a migrar para outras regiões em busca da reprodução física e cultural.

Aqueles que permanecem nas reservas e também os que já não vivem seu cotidiano dentro delas buscam, incansavelmente, pela demarcação e homologação das terras tradicionais, como a possível forma de sobrevivência digna. Nos últimos anos, o conflito entre os Terena e os fazendeiros localizados no entorno das reservas se intensificou. Esgotado o diálogo entre movimento e lideranças indígenas junto ao governo, os indígenas optaram pela *retomada*.

O sentido do termo *retomada*, para o indígena, é sinônimo de recuperar, reocupar um lugar usurpado, espoliado, arrancado sem consentimento, tido como um movimento legítimo e próprio dos povos indígenas, um mecanismo criado e legitimado para fazer valer seus direitos constitucionais, no que tange ao direito aos seus territórios tradicionais.

Nos anos recentes, a imprensa da região e do país expôs vários focos de conflito nas regiões retomadas, alguns deles levaram a óbito indígenas participantes da luta durante confrontos de reintegração de posse dos fazendeiros, outros indígenas carregam as sequelas no corpo e na memória. Outros, ainda, convivem com as ameaças de fazendeiros. A violência com a qual convivem não só os Terena, mas também os demais povos indígenas, provém também do próprio Legislativo na tentativa de bloquear o acesso desses povos aos direitos fundamentais, como assinala Buzatto (2014, p. 14) no *Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil*: “A proposta da Emenda Constitucional (PEC 215/2000) manteve-se como a principal arma manejada pelos setores anti-indígenas”.

A bancada do Congresso Nacional segue seu rumo utilizando as diversas formas de extermínio, os bombardeios surgem nesse formato, a criação de Emendas Constitucionais, ferindo o direito indígena. A proposta da PEC nº 215, a exemplo, retira o total poder da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e também o poder do Executivo de promover a demarcação das terras reconhecidas como terras indígenas. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2014), além da violência representada por Emendas Constitucionais, há

uma forte incitação parlamentar e ruralista ao discurso racista que prolifera e corrobora o ódio e a violência contra os indígenas e seus aliados.

Para a antropóloga Lúcia Helena Vitalli Rangel (2014), os ruralistas ligados ao agronegócio agem de maneira truculenta, tentam intimidar os indígenas e usam pressão política sobre as diferentes instâncias oficiais, impedindo o prosseguimento do trabalho de identificação, delimitação e demarcação da FUNAI- Fundação Nacional do Índio.

No que diz respeito ao confinamento, o *Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil* (RANGEL, 2014, p.18) assim o define:

Gravíssima é a situação dos povos submetidos a condições de confinamento. Em Mato Grosso do Sul, a maioria da população – em torno de 40 mil pessoas – vive confinada em reservas. Essas pessoas acabam sendo alvo de uma série de agressões cotidianas e não têm acesso a direitos elementares (segurança, trabalho, educação, saúde, direito de viver em territórios compatíveis com seus modos de vida e suas culturas particulares).

O confinamento da população Guaná é o presente vivido por esse povo, tido como um dos reflexos do pós-guerra. A diáspora dessa população levou-a a aceitar as migalhas do governo se encurralando em pequenas terras. Apesar de tamanha violação de seus direitos, os Guaná jamais deixaram de buscá-los, quer por negociações, quer pelo uso frequente de diplomacia como forma de negociar junto aos órgãos estatais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo conflito armado conota a destruição para ambos os lados envolvidos. Dessa forma, representou grandes perdas tanto para o lado brasileiro quanto para o paraguaio: perdas humanas (mortes em batalhas, fome e doenças) e econômicas. Apesar de estudiosos se debruçarem na pesquisa referente a esse período, nunca houve uma estatística definitiva que apontasse o índice de perdas humanas, mas se sabe que os números não foram insignificantes. Diante desse episódio sangrento, há a presença direta de povos indígenas que tampouco são mencionados na história brasileira em relação a esse conflito, como a participação dos Guaná.

O grupo Guaná Terena é um dos povos étnicos do Estado de Mato Grosso do Sul e é formado segundo seus costumes, língua, tradição e organização. Assim se apresentam os Terena, de origem autóctone que, ao longo de sua história, viveram em terras charqueiras. Atualmente, concentram-se em grande parte nas regiões pantaneiras, resistindo a todas as formas de

extinção de seu *éthos*, de sua religião tradicional (o xamanismo), de seus costumes (danças, hábitos, ritos, mitos etc.), de sua língua e de sua forma de organização sociopolítica.

A participação de várias formas desse grupo, na Grande Guerra, tornou-se um dos marcos referenciais mais significativos na historiografia Terena. Trouxe-lhes um sentimento de autovalia. A luta pela pátria, entendida como a luta pela permanência em seus territórios, onde acontece sua reprodução física e cultural, mantendo, assim, a continuação de seu *éthos*, não foi reconhecida pelo estado brasileiro.

A invisibilidade indígena se consolidou nas décadas seguintes ao pós-guerra. De aliados e defensores da pátria e parte da história da conquista, foram transformados em entrave ao progresso da região. A colonização de seus territórios estava e continua ligada à necessidade da expansão de atividades econômicas na região, acelerando, dessa forma, a política de expansão capitalista.

A ideia de aldeamento foi um mecanismo utilizado pelo governo para garantir mais espaços favorecendo, dessa forma, a expansão agropecuária na região, fato que se consolidou e se fortaleceu ao longo dos anos com o crescimento das fazendas nos entornos das áreas reservadas. Com o surgimento das fazendas, também aumentaram as tensões entre indígenas e os novos proprietários, ora pelo uso das terras para caça e pesca e colheita de frutas silvestres, ora pelo trabalho forçado e ou pela discriminação racial, pois, como bem coloca Azanha (2004, p. 5): “Não se vive da reserva, e sim na reserva”.

No que tange às violências vividas pelos indígenas, a discriminação racial torna-se uma das mais presentes em seu convívio com a sociedade purútuye, e, com a intensificação das lutas pelas reconquistas dos territórios usurpados, o racismo mostra a cara de diversas formas. Provavelmente o indígena ainda não faz uso frequente dos mecanismos que lhe dão o direito à igualdade perante a Lei, muito raramente se tem notícias de denúncias por racismo, o que não significa a sua inexistência.

A violência racista, por um lado praticada pela ignorância da cultura e do direito indígena pelo não indígena, e, por outro, praticada por parlamentares ruralistas que, agindo de má-fé, utilizam discursos racistas para incitação ao ódio. Esses fatos não têm sido, nos últimos anos, a única violência perpetrada contra a população Terena. O confronto com os órgãos do governo tem acarretado diversas implicações, tais como: morosidade na homologação das terras, conflitos com a Polícia Federal, mortes e marcas da violência física e psicológica na população.

O convívio das lideranças e da população com as ameaças dos proprietários, que utilizam armas letais, é o fato mais notável há décadas na região. A guerra para os Terena ainda não cessou, a colonização de seus territórios continua no derramamento de sangue. A estatística mostra que, em 2010, das 1.015 lesões corporais e assassinatos sofridos por indígenas no Brasil, 1.004 ocorreram em Mato Grosso do Sul (CIMI, 2010). Das 152 ameaças de morte, 150 ocorreram em Mato Grosso do Sul, e, dos 60 assassinatos, 34 também executados neste Estado (MIZUZAKI, 2011), colocando-o no ranking como o Estado em que mais se assassina.

No que diz respeito à recuperação das terras indígenas, considera-se este um direito imanente dessa população, pois se trata da recuperação de sua história e de seus territórios. A terra está ligada não somente às suas ancestralidades, ou à natureza e o seu usufruto, mas há um sentimento de pertença inseparável ligada a ela.

Como parte da solução pensada para a sobrevivência de muitas famílias, buscou-se na migração para os centros urbanos uma forma de sobrevivência, trabalhando nas indústrias, nas construções civis, nos comércios, cabendo às mulheres, em grande parte, o trabalho doméstico nas casas de família. Toda essa dinâmica fora de seu habitat cultural recria uma nova forma de viver, uma nova dinâmica de vida e de ser Terena, na medida em que incorporam novos hábitos aos seus, tais como a aquisição de uma segunda língua, o trabalho, a adequação ao tempo.

Tais são os reflexos do pós-guerra: a usurpação de suas terras, a usurpação de suas vidas e de seus direitos constitucionais regidos pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, a migração forçada tendo que adaptarem à cultura do não indígena longe dos seus costumes e hábitos. A discriminação que os coloca à mercê do ódio incitado muitas vezes pelos fazendeiros e se estendendo à bancada ruralista do congresso nacional.

A voz dos Guaná Terena nunca cessou, tal como afirma Monteiro (1987/1988/1989), a principal voz negando o desaparecimento tem sido a dos próprios indígenas, ao reivindicarem e reconquistarem seus direitos históricos, entre eles as terras tradicionais, que lhes foram arrancadas antes da guerra, sob a Lei n. 6001, de 1850, conhecida como a Lei de Terras. A maior apropriação das terras indígenas foi intensificada no pós-guerra.

REFERÊNCIA

- AZANHA, Gilberto. *As terras indígenas Terena do Mato Grosso do Sul*. Brasília. 2004. Relatório Técnico.
- AZANHA, Gilberto. As terras indígenas Terena no Mato Grosso no Sul. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v. 2, n. 1, p. 61-111, jul. 2005.
- BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. *A história do povo Terena*. Brasília: USP/MEC, 2000.
- BUZATTO, Cleber César. *Relatório da violência contra os povos indígenas no Brasil: um rastro de violência contra os povos indígenas - Dados de 2014*. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2014. p. 14-15.
- CAMPOS, Herib Caballero. Sem Misericórdia. Dossiê Guerra do Paraguai. Tradução de Nashla Dahás. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 97, out. 2013. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/revista/edicao/97>.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*. Dados 2010. 156p.
- _____. *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*. Dados 2014. 176p.
- COTRIM, Gilberto. *História global: Brasil e geral*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DORATIOTO, Francisco. Guerra do Paraguai: documentos inéditos detalham o fim do conflito. *Revista História da Biblioteca Nacional*, ano 9, n. 97, 98p., out. 2013.
- ELIAS, Rodrigo. Guerra do Paraguai: documentos inéditos detalham o fim do conflito. *Revista História da Biblioteca Nacional*, ano 9, n. 97, 98p., out. 2013.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. *Perícia antropológica, histórica e arqueológica da Terra Indígena Terena de Buriti*. Campo Grande, MS: [s.n.], 2003.
- EREMITES de Oliveira, Jorge. *Sistema de assentamento e processo de territorialização entre os terena da terra indígena Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. *Habitus*. V.9,nº 1,p.169-199, jan./jun. Goiânia. 2011.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- FERREIRA, Andrey C. *Mudança cultural e afirmação identitária: a antropologia, os Terena e o debate sobre aculturação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- HOBBSAWM, Eric J. E. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- LEOTTI, Odemar. *Corpos violentos: os índios e a guerra do Paraguai (1860- 1870)*. In: JANUÁRIO, Elias R. da S. (Org.). *Fronteira - memória e linguagem*. Cáceres, MT: Ed. Unemat; Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 31-47.
- MARTINS, Gilson R. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2002.
- MIRANDA, Claudionor do Carmo. *Territorialidade e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS*. 2006. 121 f. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2006.

MIZUSAKI, M. Y. O “agrobanditismo” e as disputas territoriais em Mato Grosso do Sul. *Jornal O Progresso*, Dourados, MS, 23 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/opiniaio/marcia-yukari-agrobanditismo-e-as-disputas-territoriais-em-ms>>. Acesso em: 14 maio. 2016

MONTEIRO, John M. De índio a escravo: a transformação da população indígena de São Paulo no século XVII. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 30, 31 e 32, 1987-1088-1989, p. 151-174.

MOURA, Noemia dos. S. P. Relatório de inspeção judicial em áreas das fazendas Ouro Preto, Ipanema e Cristalina e na comunidade indígena (aldeia) Taunay em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista Nanduty*, Dourados, MS, v. 1, n. 1, p. 155-193, 2012. Disponível em: <<http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=nanduty&page=article&op=view&path%5B%5D=2298&path%5B%5D=1356>>. Acesso em: 14 maio 2016.

OLIVEIRA, Eder Alcântara. *História dos Terena da aldeia Buriti: memória, rituais, educação e luta pela terra*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos índios Terena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PUNTONI, Pedro L. O Sr. Varnhagen e o aprisionamento do caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCSÓ, Istiván (Org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo/Ijuí, RS: Hucitec/Unijuí, 2003.

RANGEL, Lúcia Helena. *Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2014*, Brasília, DF: Conselho Indigenista Missionário, 2014. p. 16-18.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras, para o conhecimento das línguas indígenas*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SOUZA, Ana Beatriz Ramos de. Grandes eventos: para quem? Dossiê Guerra do Paraguai. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 97, out. 2013. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/revista/edicao/97>.

TAUNAY. Visconde de. *A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. 14. ed. Tradução de Afonso de E. Taunay. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1952.

TAUNAY. Visconde de. *Campanha de Mato Grosso: senas de viagem*. 2. ed. São Paulo: Globo/Irmãos Marrano, 1923.

VASCONCELOS, Claudio A. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999.